

A reunião aberta dos professores, convocada pela APROPUC em 09/04, levantou uma série de questionamentos sobre as recentes medidas impostas pela Fundação São Paulo à comunidade puquina, sem nenhum tipo de discussão com a coletividade.

No início da reunião, o professor Reginaldo Nasser, do curso de Relações Internacionais, historiou os recentes acontecimentos que redundaram na interrupção da participação da PUC-SP no Programa de Pós-graduação San Tiago Dantas e na adoção de um protocolo para manifestações sobre a questão árabe-israelense que prioriza uma visão de direita sobre o sionismo. A Fundasp coloca como definição para antissemitismo o texto da Aliança Internacional para Memória do Holocausto, (IHRA, na sigla em inglês), que afirma que “manifestações contra o Estado de Israel, enquanto coletividade judaica serão consideradas

REUNIÃO ABERTA DOS PROFESSORES

DOCENTES SE POSICIONAM CONTRA A INTERVENÇÃO DA FUNDASP NOS ASSUNTOS ACADÊMICOS DA PUC-SP

antisemitas”. A Fundasp é a terceira entidade a adotar o protocolo, que só foi acatado pelos governos bolsonaristas de Tarcísio de Freitas e Ricardo Nunes.

Para o professor, o problema das pichações arabofóbicas nos banheiros do campus Monte Alegre não pode ser visto isoladamente, mas faz

parte de uma série de ataques registrados contra indígenas nas salas de aula e a alunos que se posicionam em favor da causa palestina.

O professor Luiz Augusto de Paula Souza, o Tuto, da FaCHS, ressaltou que as ações da Fundasp não podem ser consideradas como sendo da PUC-SP como um todo, uma

vez que a comunidade acadêmica não é consultada, e que a Reitoria deveria se manifestar mais firmemente quanto aos recentes acontecimentos na universidade. Para isso, propôs a ida ao Consun para exigir um posicionamento quanto às recentes intervenções da Fundasp.

Problema antigo

Para a professora Regina Gadelha, da Faculdade de Economia e diretora da APROPUC, os problemas com a Fundasp já vêm se avolumando nos últimos 12 anos, mas têm sua origem em 2006, quando da demissão em massa de mais de mil trabalhadores na universidade. Para a professora, as conquistas da comunidade puquina, que custaram décadas de luta, estão sendo desmontadas cotidianamente.

A professora Bia Abramides, do Curso de Serviço Social,

Continua na página seguinte

Propostas da Reunião Aberta dos Professores

♥ Solicitar manifestação formal do Consun sobre os seguintes pontos: recusa da definição de antissemitismo adotada pela Fundasp, que é claramente tendenciosa e atenta contra a autonomia universitária e a liberdade de cátedra, uma vez que restringe a pluralidade de ideias e posições, ameaçando com punição aqueles que se opuserem ao sionismo de extrema-direita, do qual a tal definição se origina;

♥ Declarar-se formalmente pela continuidade do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, solicitando à Fundasp que reveja sua decisão de retirar a PUC-SP dessa importante iniciativa;

♥ Solicitar formalmente que o Ministério Público das Fundações avalie a situação da PUC-SP no San Tiago Dantas e peça os esclarecimentos devidos à Fundasp, que retirou a PUC-SP de maneira unilateral do Programa, sem quaisquer fundamentos acadêmicos, jurídicos e econômicos para a medida;

♥ Convocar um debate público sobre as referidas questões, em tempo hábil, aberto a toda comunidade universitária e com convites a especialistas e a vereadores e deputados que tem apoiado as posições que estamos defendendo (Luna Zaratini, Boulos, entre outros).

Continuação da
página anterior

Estudantes se organizam contra o fim do Programa de San Tiago Dantas

destacou que os ataques que a comunidade sofre hoje são articulados e que internamente é preciso ampliar a consciência de professores, funcionários e estudantes sobre os últimos acontecimentos. A docente sugeriu a realização de um debate e que as diversas unidades da PUC-SP tirem uma posição firme em defesa da autonomia universitária.

Ataques aos estudantes

Os estudantes presentes também se solidarizaram com os docentes atingidos pelas recentes intervenções da Fundasp e relataram suas preocupações com a situação.

Uma estudante do Pós em Psicologia Social e do Comitê Estudantil de Solidariedade ao Povo Palestino, de origem árabe, disse que se sente atingida pelas pichações dos banheiros do Prédio Velho e que os estudantes já solicitaram uma reunião com a Fundasp para debater a questão, uma vez que os discentes de origem árabe, ou que se posicionam em favor da causa palestina, também estão sofrendo ameaças.

Novas manifestações deverão ocorrer nos próximos dias e no Conselho Universitário de 30/04. A APROPUC e os professores deverão pedir uma firme posição da universidade sobre os problemas levantados.

Na quinta-feira, 10/03, na PUC-SP, aconteceu a assembleia dos estudantes de Relações Internacionais. Organizado pelos discentes e o CARI (Centro Acadêmico de Relações Internacionais da PUC-SP), eles discutiram sobre o futuro do curso que está em risco.

A Fundasp cancelou o Programa de Pós Graduação de Relações Internacionais San Tiago Dantas, sem notificar seus alunos. Diante da situação, foi tirado da assembleia um movimento unificado. Alunos que já haviam tido um contato prévio com a reitoria, afirmaram que o reitor, professor Vidal Serrano, desconhecia a real dimensão da parceria com o programa San Tiago Dantas.



Rafaela Sportelli

Estudantes de Relações Internacionais durante o encontro

Encaminhamentos aprovados no encontro

- ✓ Na sexta-feira, 11/04, será enviada uma carta à Reitoria e a Fundasp, com o objetivo de solicitar o posicionamento público em defesa do San Tiago Dantas e pedir a renovação do convênio por parte da Fundasp. A carta irá expor a situação precária que o curso se encontra, reforçando a urgência de medidas concretas para a sua continuidade.
- ✓ Na segunda-feira, 14/04, ocorrerá um novo ato, com outras instituições e CAs, para retomar o assunto.
- ✓ Na terça-feira, 15/04 ocorrerá um aulão para destacar a importância da pós graduação e fortalecer a mobilização coletiva, buscando apoio dos estudantes e CAs dos outros cursos.

Boletim de Campanha N°01**Chapa 1****Autonomia, Resistência e Luta**

Prezadas Professoras, prezados Professores,

Estamos em campanha para a próxima diretoria da APROPUC-SP, biênio 2025-2027.

Alguns dados iniciais: este ano, a APROPUC-SP completa 49 anos de muita luta e resistência, e possui hoje 297 associados, apresentando um pequeno acréscimo frente aos associados que tínhamos no período eleitoral em 2023, a despeito das alterações realizadas pela FUNDASP em nosso Acordo Interno de Trabalho, no qual a mantenedora incluiu uma cláusula exigindo recadastramento anual de todos associados, num claro movimento de enfraquecimento das associações dos trabalhadores da PUC-SP.

A Chapa 1 - AUTONOMIA, RESISTÊNCIA E LUTA - candidata à diretoria, foi renovada com novas participações, mantendo integrantes da atual gestão para dar continuidade às lutas que foram intensas nos últimos anos, em resposta às investidas por parte da mantenedora em um evidente intuito de reduzir salários e direitos dos docentes e aumentar a carga de trabalho. No final do primeiro semestre de 2023, a mantenedora, por inter-

médio do Consad, aprovou a Deliberação 01/2023, que subia o patamar de horas contratuais para o regime de tempo parcial. Pelo texto, os professores teriam que ministrar 7 e não 6 créditos para escaparem do Fator de Trabalho Docente e elevaria o contrato mínimo na Universidade de TP-10 para TP-12, a escala mais baixa de contrato de professores na PUC-SP. Os professores, juntamente com a APROPUC, se mobilizaram em assembleias da categoria, e em reuniões de conselhos departamentais, denunciando a precarização que a nova medida trazia para os docentes da PUC-SP, relegando muitos professores a contratos FTD (Fator Trabalho Docente) equivalente a hora-aula. Após pressões da APROPUC-SP e do SINPRO-SP, que nos apoiou fortemente nesse episódio, o Consad-Conselho de Administração decidiram manter os padrões atuais de contratos docentes para todos os professores contratados até 12/07/2023 e editou a Deliberação 03/2023 para os professores contratados após essa data, aprofundando a precarização do trabalho docente para os novos contratados. Esta questão permanece como um pon-

to de luta a ser enfrentado. Lembramos que redução salarial implica em um princípio de retrocesso do trabalhador, vedado pela Constituição Federal.

Iniciamos o ano letivo de 2025 com um processo amplo de redução dos contratos docentes, em consequência de não abertura de turmas, turnos e cursos. Essa conjuntura deverá passar por ampla discussão na APROPUC-SP e nas diversas instâncias para que possamos, coletivamente, analisar as razões e buscar soluções para atrair a população jovem para a universidade. Essa situação ocorre atualmente tanto em universidades públicas quanto privadas e até mesmo internacionalmente.

Por outro lado, o Sindicato das Mantenedoras endurece a negociação da Convenção Coletiva de Trabalho, ameaçando principalmente cortes em cláusulas sociais duramente conquistadas. Essa é outra luta que precisaremos enfrentar coletivamente, apoiando nossa luta junto ao SINPRO-SP. Na PUC-SP estamos iniciando as tratativas para a renovação do Acordo Interno de Trabalho dos Professores junto à Fundasp para o período 2025-2027.

A resistência e a luta, com autonomia, portanto, con-

tinuam.

Os pontos que compõem o eixo da nossa chapa foram publicados na Carta-Programa, no PUC-VIVA n° 1263, de 21 de março de 2025, disponível no site <https://www.apropucsp.org.br/eleicoes>, já encaminhado às professoras e professores associados.

No entanto, pensamos ser importante enfatizar algumas de nossas prioridades para o próximo biênio:

1ª - Forte aproximação às associadas e associados para juntos ampliarmos o número de associados e articularmos nossas lutas prioritárias.

2ª - É fundamental intensificar a discussão coletiva sobre contrato e carreira docente, nos aspectos que estão mais fragilizados:

- ✓ Isonomia salarial para docentes com a mesma titulação;
- ✓ Isonomia contratual entre os docentes;
- ✓ Fim do represamento docente;
- ✓ Ampliação do conceito de “cidadania docente” a todas as professoras e professores, no que diz respeito ao acesso às horas-pesquisa, participação

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

em eventos, publicações e outros, bem como a todos os benefícios garantidos no Acordo Interno de Trabalho;

✓ Etarismo e assédio moral;

✓ Avaliação docente que valorize todas as atividades de pesquisa desenvolvidas dentro e fora da universidade, a começar pelo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que hoje é pouco considerado e cuja orientação não é remunerada de maneira uniforme;

✓ Defesa dos espaços de representação democrática para discussão e decisão sobre a vida da Universidade;

✓ Luta em todas as instâncias pelo fortalecimento da democracia interna da PUC-SP, necessária à manutenção do trinômio Ensino, Pesquisa e Extensão em todas as unidades da universidade;

✓ Luta pela garantia da liberdade de cátedra e da livre expressão e organização dentro dos princípios democráticos.

3ª - Para atender os pontos acima, em um contexto de deterioração das condições gerais de trabalho que tendem cada vez mais à precarização, entendemos ser essencial a luta por melhores condições de trabalho e salários.

4ª - Nessa perspectiva, a Chapa 1 defende o avanço das negociações junto à Fundação São Paulo e à Reitoria, no sentido de ampliar o nosso contrato coletivo de trabalho e recuperar as perdas sofridas durante as mudanças institucionais; somos radicalmente contra a mercantilização do nosso trabalho.

No próximo boletim, aprofundaremos outros pontos do nosso programa.

Não deixem de enviar as sugestões e de participar das eleições.

Para apoiar nossa candidatura, basta enviar e-mail para João Batista Teixeira: jotabe.teixeira0712@gmail.com

Saudações acadêmicas e democráticas!

AUTONOMIA, RESISTÊNCIA E LUTA

Diretoria

Presidente: Prof. Me. João Batista Teixeira da Silva – C. Linguagem e Filosofia/FAFICLA

Vice-Presidente: Profa. Dra. Elaine Alves Trindade – C. Linguagem e Filosofia/FAFICLA

1ª Secretária: Profa. Dra. Regina Maria D'Aquino Fonseca Gadelha – Economia/FEA

2º Secretário: Prof. Me. Leonardo Massud – Direito Penal, Processo Penal e Medicina Legal/Faculdade de Direito

1ª Tesoureira: Profa. Me. Victoria Claire Weischardt – C. Linguagem e Filosofia/FAFICLA

2º Tesoureiro: Prof. Dr. Antonio Carlos de Moraes – Economia/FEA

Suplentes

1ª - Prof. Dr. Pedro Henrique Marinho Carneiro – Psicologia Social/FACHS

2ª - Prof. Dr. Jason Tadeu Borba – Economia/FEA

3ª - Prof. Dr. Arnaldo José França Mazzei Nogueira – Administração/FEA

Coordenadora de Comissões: Profa. Dra. Ana Amélia da Silva – Ciências Sociais/Fac. C. Sociais

COMISSÕES:

Contratos Docentes e Relações de Trabalho

Profa. Dra. Regina Maria D'Aquino Fonseca Gadelha – Economia/FEA - Prof. Dr. Arnaldo José França Mazzei Nogueira – Administração/FEA - Profa. Dra. Elaine Alves Trindade – C. Linguagem e Filosofia/FAFICLA

Direitos Humanos e Movimentos Sociais

Profa. Dra. Ana Amélia da Silva – Ciências Sociais/Fac. C. Sociais - Prof. Dr. Pedro Henrique Marinho Carneiro – Psicologia Social/FACHS - Prof. Me. Leonardo Massud – Direito Penal, Processo Penal e Medicina Legal/Fac. Direito

APROPUC encaminha pesquisa aos professores da PUC-SP sobre Contratos de Trabalho Docente

Conforme decisão de assembleia dos professores, a APROPUC está conduzindo uma pesquisa para obter um panorama detalhado sobre a realidade dos contratos docentes na PUC-SP. Para isso, foi elaborado um formulário que permitirá coletar dados essenciais para uma análise criteriosa da situação dos professores da universidade.

O formulário é inteiramente anônimo e tem como objetivo a identificação de padrões e discrepâncias nas condições de trabalho docente. O interesse da associação não recai sobre dados individuais, mas sim sobre o conjunto de informações que possibilitem uma avaliação ampla e precisa.

Para garantir a maior representatividade possível, a APRO-

PUC solicita a participação de todos os professores. A direção da APROPUC solicita ainda, que os docentes compartilhem este comunicado com seus colegas, independentemente de serem ou não associados à APROPUC.

Os formulários devem ser preenchidos o mais rápido possível. As negociações do novo Acordo Interno iniciam-se nos próximos dias. Quem não recebeu pode entrar em contato com a APROPUC pelo telefone 3872-2685 e solicitar o link.

Sua colaboração é fundamental, contamos com sua participação.

FALA COMUNIDADE

A cilada do modelo de escolas cívico-militares do governo Tarcísio de Freitas

Ceciana Melo

Professores, gestão escolar e estudantes das escolas estaduais de São Paulo estão cada vez mais incertos quanto aos rumos das políticas públicas educacionais impostas pelo governo Tarcísio de Freitas e seu Secretário da Educação, Renato Feder. Apesar de denúncias contra diversas medidas que desestruturaram as já precárias condições da educação pública de São Paulo, até o segundo semestre deste ano, anuncia-se que 100 unidades escolares deverão aderir ao modelo de gestão cívico-militar. Cabe-nos perguntar: Quais interesses estão em jogo, tanto na proposta, quanto na adesão dessas unidades escolares? O que realmente as instituições escolares e os seus respectivos alunos, além da sociedade, ganharão com isso?

Sabe-se que um dos maiores problemas das escolas públicas brasileiras é a falta de investimentos suficientes em estrutura física, material e humana para atender todas as necessidades educacionais de crianças e adolescentes que são matriculados todos os anos. Como bem apontou o professor Valter Mattos da Costa, em uma série de reportagens para o ICL, além dos baixos salários dos professores, que em muitos estados e municípios sequer recebem o piso nacional do

magistério, a superlotação das salas de aula agrava as péssimas condições de trabalho, refletindo no processo de ensino-aprendizagem.

O uso de plataformas digitais da educação pública de São Paulo - também reproduzindo as diretrizes do Secretário da Educação quando atuou no governo do Paraná - é outro fator que tem gerado insatisfação de alunos e professores. Primeiro, por interferir de forma impositiva sobre a autonomia do trabalho docente, com atividades digitais obrigatórias que não dialogam com a realidade escolar. Também, por sobrecarregar os professores com tarefas de controle burocrático e sem consideração às reais necessidades dos estudantes.

Soma-se a esse contexto de incertezas, a falta de inves-

timentos financeiros fundamentais para a realização plena da proposta do Programa de Educação Integral (PEI). Com a sinalização de corte de verbas, plataforma e modelo de escolas cívico-militar, atropela-se a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 no que se refere à gestão democrática da escola. Conforme afirma Cesar Callegari, em artigo Escola Não é Quartel: “a presença de agentes policiais na organização escolar contamina as bases do ambiente educacional com um outro tipo de cultura, com outros valores, na contramão de tudo o que se deseja e se espera de uma educação emancipatória para a cidadania contemporânea”.

Percebe-se uma guinada às ideias extremistas de direita no mundo inteiro e grande

parte da sociedade brasileira tem sido condicionada a apoiar manifestações que se opõem aos princípios da democracia e garantia de direitos sociais. O apoio às escolas cívico-militares é expressão desta trama que tenta encobrir o descompromisso de setores elitistas e retrógrados com a educação pública de qualidade. Na verdade, trata-se de uma desestruturação proposital, pois manter grande parte da população refém da desinformação cotidiana é uma garantia de manutenção das desigualdades seculares no país.

Ceciana Melo é coordenadora pedagógica concursada (SME-SP) formada em Jornalismo e Pedagogia pela PUC-SP, com Mestrado em Educação (USP)

Doe livros para a biblioteca dos moradores em situação de rua!

Padre Julio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo, está organizando uma biblioteca para os moradores em situação de rua de São Paulo. Para isso Pe. Julio solicita doação de livros que podem abarcar as mais diferentes áreas do conhecimento, como Filosofia, História, Geografia etc, priorizando acervos de Literatura em geral, documentais e biografias, bem como infanto-juvenis, excluindo-se livros didáticos.

A APROPUC RECEBERÁ DOAÇÕES EM SUA SEDE ATÉ 16/04:
RUA BARTIRA, 407, DAS 9H E 12H E DAS 14H ÀS 17H. POSTERIORMENTE AS DOAÇÕES SERÃO ENCAMINHADAS À PASTORAL DO POVO DE RUA.

